



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CEDCA/SC

MEMÓRIA DA REUNIÃO DO CEDCA/SC - 19 de setembro de 2019

Local de Realização: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS

Participantes: Rosane Beatriz Mueller Frizon (SAR), Letícia Guimarães Braz (SDS), Márcia Adriana Araújo (SDS), Cleber Paes Alves (SECOM), Viviane Silva da Rosa (SED), Zeno Augusto Tressoldi (SAP), Simone Rocha da Silva (SAP), Antônio Carlos José Brito (SSP), Maria Elisa S. de Caro (Secretária de Estado do Desenvolvimento Social), Neylen Junckes (SDS), Beatriz Santana Rodrigues (SDS), Matheus Cruz (SDS), Martina S. Formagio (SDS), Karina Gonçalves Euzébio (Diretora dos Direitos Humanos), Esmael Ros da Luz (SDS), Kelly Dalla Lana (SDS) e João Luiz Botega (MPSC) e Juliana Terezinha Martins (Sec do CEDCA).

A Secretária Maria Elisa começou sua fala pelo ponto de pauta sugerido pelo conselheiro Zeno: a Conferência Estadual. Segundo a gestora, mesmo que a situação do CEDCA estivesse plenamente regular, e a plenária aprovasse por unanimidade o uso do recurso do Fundo Especial para Infância e Adolescência para a realização da conferência, não haveria tempo hábil para a realização da mesma neste ano haja vista a necessidade do cumprimento dos prazos referente ao processo licitatório. A secretária sugeriu que, assim que a situação do conselho se regularizasse, a comissão da conferência considerasse a possibilidade de realização da conferência na modalidade semi-presencial, utilizando os espaços dos CIGERD'S (DEFESA CIVIL) para a etapa à distância e os espaços do Estado, tais como o teatro Pedro Ivo e o CIC para a etapa presencial. Dr. João informou que, previamente reservado, o espaço do Ministério Público também poderia ser utilizado.

Helbert Pitorra, coordenador-geral de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos (MMFDH), convidado do Dr. João Luiz de Carvalho Botega, trouxe em sua fala a importância do Estado de Santa Catarina aderir ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Maria Elisa concordou, contudo relatou a dificuldade financeira e de recursos humanos da SDS para encabeçar tal programa. A Secretária sugeriu que a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CEDCA/SC

MEMÓRIA DA REUNIÃO DO CEDCA/SC - 19 de setembro de 2019

execução do programa aconteça transversalmente, incluindo a SDS, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa. Dr. João informou que no dia 30 de setembro teria agenda com o Secretário da SSP e propôs reunião ampliada com inserção da pauta PPCAAM. Os representantes das secretarias envolvidas ficaram de informar seus gestores da proposta do promotor. O representante nacional sugeriu que Santa Catarina conhecesse a experiência de Paraná na execução do PPCAAM. Zeno informou que a execução do FIA do Paraná também é referência. Maria Elisa sugeriu aproximação com o Estado do Paraná para que ambas as frentes possam ser conhecidas. O representante nacional convidou os presentes para o evento sobre o PPCAAM a realizar-se em novembro no Paraná. O representante nacional, depois de concluída sua fala sobre o programa e realizado o convite, se retirou da reunião e iniciaram-se as discussões a respeito da situação do CEDCA. Secretária Maria Elisa registrou o apreço que têm pelo CEDCA.

Kelly fala sobre as nomeações dos governamentais para o biênio 2019-2021, inclusive apontando as secretarias sem representações por falta de indicação de nomes ou ainda em virtude da reforma administrativa. Kelly e Juliana relataram a necessidade da publicação no diário oficial das substituições dos governamentais durante o biênio 2017-2019, visto que elas não ocorreram durante o mandato. Kelly registrou que o mesmo movimento precisará ser feito com a sociedade civil. Maria Elisa pontuou a necessidade do chamamento público do governador para dar legalidade ao conselho.

Dr. João compartilhou que esteve reunido com a sociedade civil no dia 18 de setembro de 2019 e informou que o Fórum DCA se reunirá na próxima semana em Criciúma para estabelecer o encaminhamento. Dr. João colocou que acredita que o Fórum DCA optará por pedir o chamamento público, pois de antemão orientou que se esse não fosse o posicionamento dos conselheiros, precisará acionar o MP. Dr. João contou que apresentou a irregularidade ao Fórum DCA, citando o art 10 da resolução nº105 do CONANDA. Dr. João sugeriu à sociedade civil uma reunião com os representantes



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CEDCA/SC

MEMÓRIA DA REUNIÃO DO CEDCA/SC - 19 de setembro de 2019

governamentais. A proposta foi acatada pelos representantes da sociedade civil que sugeriram a data 10 de outubro às 13h30m. Os governamentais presentes aceitaram a proposta e decidiram por realizar o encontro na sede da SDS. Viviane questionou qual seria o papel do CEDCA no processo eleitoral dos conselheiros tutelares. Dr. João informou que o CEDCA tem representante na comissão, e se esta não orientou o CEDCA, não há o que se fazer.

Juliana questionou como deveria proceder diante do pedido da Diretoria dos Direitos Humanos de consultar o conselho sobre o destino do acervo do CEDCA na sede da Mauro Ramos. Kelly sugeriu que o arquivo seja transferido sem nada ser descartado. Kelly pediu que Juliana a procurasse para que, internamente, fosse dado encaminhamento nessa demanda para, posteriormente e devidamente regular, o CEDCA deliberasse sobre o acervo.

Juliana contou que assim que chegou ao CEDCA deparou-se com 56 processos no SGPE. Juliana informou que processos que encaminhavam convites com datas expiradas, e processos similares em aberto foram arquivados, contudo ainda existiam processos pendentes referentes a inscrições no CEDCA, pedidos de representação em GT, e participação em conferências, etc. Para o encaminhamento dessa demanda decidiu-se formular ofício padrão informando que a representação governamental aguarda a deliberação sobre o processo eleitoral da sociedade civil. Nada mais havendo para registrar, eu, Juliana Martins finalizo este registro.